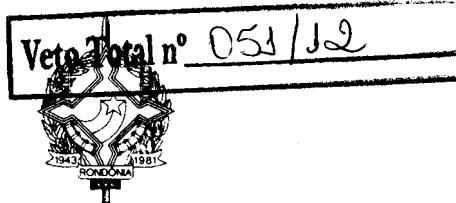


ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
21 MAR 2012
Protocolo 004/12
Processo



Recebido, Autue-se e
inclua em pauta.
21 MAR 2012
1º Secretário

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 043 , DE 21 DE MARÇO

DE 2012.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei, que “Dispõe sobre exames Psicológicos anuais para o pessoal da Polícia Civil e Polícia Militar do Estado de Rondônia”, encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 026/2012-ALE, de 07 de março de 2012.

Senhores Deputados, em que pese o valoroso trabalho desenvolvido por essa Egrégia Casa das Leis, em meio a superação de crises, e a credibilidade conquistada através da dedicação despendida aos interesses do Estado de Rondônia, cuja constatação se dá pela celeridade e eficiência nas votações dos Projetos de Lei submetidos à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, e com a devida *vênia* que o caso requer, esclareço que a presente mensagem de veto total do Projeto de Lei se respalda na flagrante inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei ora em análise.

Tal fato ocorre em virtude do vício de iniciativa intrínseco ao projeto, uma vez que, nos termos do artigo 39, § 1º, I e II, “b”, da Constituição Estadual, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo os Projetos de Lei que tratem do regime jurídico dos servidores públicos civis e militares.

Assim, não se tem qualquer dúvida que o Projeto de Lei aprovado pelo Parlamento Estadual é inconstitucional, vez que, a matéria em discussão é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Inclusive, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre questão semelhante à decisão proferida na Ação Direta de inconstitucionalidade n. 2.966, em que foi parte o Estado de Rondônia, nestes termos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MILITARES. REGIME JURÍDICO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Emenda Constitucional 29/2002, do estado de Rondônia. Inconstitucionalidade. **À luz do princípio da simetria, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo estadual as leis que disciplinem o regime jurídico dos militares** (art. 61, § 1º, II, f, da CF/1998). Matéria restrita à iniciativa do Poder executivo não pode ser regulada por emenda constitucional de origem parlamentar. Precedentes. Pedido julgado procedente. (ADI 2966, JOAQUIM BARBOSA, STF)

Assim, a presente emenda feita ao Projeto de Lei contém vício de iniciativa, pois a matéria em pauta é de competência privativa do Governador do estado, como demonstrado.

Sobre a impossibilidade de se suprimir o vício de iniciativa com a sanção, entende-se sempre importante trazer à colocação os inteligentes ensinamentos do ilustre constitucionalista Alexandre de Moraes, em sua obra “Direito Constitucional, 5ª edição, revista e ampliada e atualizada com a EC n. 19/98 (Reforma Administrativa), p. 484, assim reproduzidos:

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
21 MAR. 2012
Wilton
Servidor(nome legível)

10:55 2012/03/21 10:55 2012/03/21



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

Outra questão importante referente aos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República é saber se a sanção presidencial supre o vício de iniciativa na apresentação do projeto. Assim, supondo que um projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo tenha sido apresentado por uma parlamentar, discutido e aprovado pelo Congresso Nacional, quando remetido à deliberação executiva, a eventual aquiescência do Presidente da República, por meio da sanção, estaria suprimindo o inicial vício formal de constitucionalidade?

Acreditamos não ser possível suprir o vício de iniciativa com a sanção, pois tal vício macula de nulidade toa a formação da lei, não podendo ser convalidado pela futura sanção presidencial. A Súmula 5 do Supremo Tribunal Federal, que previa posicionamento diverso, foi abandonada em 1974, no julgamento da Representação nº 890-GB, permanecendo, atualmente, a posição do Supremo Tribunal Federal pela impossibilidade de convalidação, pois como advertia Marcelo Caetano.”

Esse também é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

“EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei estadual que equipara, a funções de magistério, para efeito de aposentadoria especial, atividades desvestidas de caráter docente – inadmissibilidade - aposentadoria especial - ampliação indevida de sua noção conceitual- discrepância com o modelo federal- necessidade de efetivo exercício em funções de magistério- alegada usurpação do poder, reservado ao chefe do executivo, de instauração do processo legislativo em tema de regime jurídico dos servidores públicos que abrange a disciplina da aposentadoria especial- plausibilidade jurídica do pedido – configuração do “periculum in mora” – medida cautelar deferida.

(...)

- A usurpação desse poder de iniciativa traduz vício jurídico que faz instaurar situação de inconstitucionalidade formal, que opta a infirmar, de modo radical, a própria integridade do ato legislativo daí resultante, que **não se convalida nem mesmo com a própria sanção do Chefe do Executivo**. Precedentes; ADI 766/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO, e de ADI 805/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g. (ADI-MC 856, CELSO DE MELLO, STF)”

Portanto, a referida emenda feita no bojo do Projeto de Lei invade competência que é privativa do Governador, uma vez que somente a ele cabe a iniciativa de Lei desta natureza, como verificado na decisão do STF.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador